

ESTUDOS AFRICANOS

**STEPHEN SMITH, NÉGROLOGIE:
POURQUOI L'AFRIQUE MEURT**

Paris, Calmann-Lévy, 2003, 240 pp.

Stephen Smith é uma das lendas do jornalismo sobre África. Durante anos na redacção do *Libération* e hoje correspondente do *Le Monde*, Smith é autor ou co-autor de nove livros de grande qualidade e coragem sobre o continente e as relações sórdidas entre a França e as suas antigas colónias. A sua contribuição para as investigações que desembocaram no «Angolagate» e nos escândalos da companhia petrolífera Elf Aquitaine foi central. *Négrologie* é, no entanto, uma obra diferente: um «j'accuse» impiedoso em que este veterano de África vaza o coração e diz-nos que o «berço da humanidade está em vias de se tornar uma necrópole».

Négrologie não é leitura leve, apesar do estilo escorreito do autor. Smith começa com os atrasos estruturais, como o analfabetismo, a pobreza da cultura material e a tirania de doenças como a SIDA, o paludismo e a lepra, mas rapidamente chega às culpas das elites africanas na

escravatura de há séculos, na repressão e pobreza de hoje, na criminalização da economia do continente e na participação em fraudes e tráficos de toda a espécie, culminando no tribalismo xenófobo e na «carnificina continental». Para mais, o autor enterra o espectro de uma África ignorada pelo mundo, citando os valores exorbitantes da ajuda pública ao desenvolvimento que se finaram nas areias do continente. Longe de achar que os media dão uma imagem demasiado negativa de África, Stephen Smith denuncia a falta de cobertura de eventos verdadeiramente apocalípticos como o genocídio no Ruanda, e a procura politicamente correcta de histórias da «renascença africana» e da «Afrique qui bouge». O que se desenrola em África é uma verdadeira tragédia, e há que dizê-lo. Mas então, afinal, qual é a raiz do problema? Smith faz uma referência breve à hipocrisia dos países ocidentais, mas o seu alvo é diferente: a culpa disto tudo é, a seu ver, essencialmente dos africanos, cuja «organização social e cultura política travam o desenvolvimento». O problema é a «negrologia», o refúgio num passado «reinventado

e idealizado» de uma «consciência negra hermeticamente selada» que naturaliza e agudiza a calamidade actual.

E aqui começam as falhas imperdoáveis deste livro. Deixando de lado as várias incorrecções factuais (o «Rei Henrique o Navegador» iniciou a exploração da costa da África Ocidental; a entrada do Japão no mundo moderno, forçada pelos canhões americanos na década de 1850, é colocada em «1886», etc.), os argumentos raciais e culturalistas e o moralismo fácil de Smith são perturbantes, independentemente do seu autoproclamado amor pela África. Que dizer das suas diatribes pseudo-antropológicas sobre o «africano como indivíduo» (bom) *versus* o «africano enquanto membro da colectividade» (mau), ou das ilustrações demagógicas que utiliza para provar que África não é pobre, mas sim rica e mal gerida (por exemplo, que se os africanos fossem substituídos por israelitas ou belgas, África seria um sucesso)? *Négrologie* é uma provocação claramente escrita à pressa por um autor que quer sarilhos. Para o bem ou para o mal, o livro aí está, *best-seller* em França e na África Francófona, criador de ódios de *blog* e de apoiantes da sua «frontalidade». Resta esperar que, na sequência da valente tarefa crítica que o livro merece, algumas das questões que cabotinamente levanta fiquem e sejam pensadas por mentes mais lúcidas. Infelizmente, o mais provável é que o tom de Stephen Smith antagonize muita gente e facilite a vida aos «afro-optimistas» do costume, apostados no futuro radioso e na negação do óbvio.

**«SOME TRANSPARENCY,
NO ACCOUNTABILITY: THE USE OF OIL
REVENUE IN ANGOLA AND ITS IMPACT
ON HUMAN RIGHTS»**

(<http://www.hrw.org/reports/2004/angola0104/>),
Human Rights Watch, Janeiro de 2004, 93 pp.

Este relatório meticuloso da organização não-governamental Human Rights Watch substancia de modo irrefutável aquilo que toda a gente já sabe há vários anos: nomeadamente, que entre 1997 e 2002, cerca de 4,22 mil milhões de dólares pagos ao Estado angolano desapareceram sem deixar rasto nas catacumbas do Banco Central, da Sonangol, da Presidência e do Ministério das Finanças. Esta soma é idêntica às despesas totais nas áreas da saúde, da ajuda humanitária e da educação durante o mesmo período. O relatório é o produto de conhecimento profundo de Angola, trabalho de campo, acesso a documentação do FMI e competência técnica nas áreas do petróleo e da finança internacional, e foi redigido com uma sobriedade devastadora muito diferente de esforços sensacionalistas que possibilitam ao Governo angolano a utilização da eterna desculpa do «ataque à soberania nacional». As reacções iniciais de Luanda foram quase cómicas, especialmente quando a Human Rights Watch foi acusada de especular maliciosamente sem conhecer as contas do Estado (as mesmas contas que o Estado guarda ciosamente e que, quando utiliza a versão da «falta de meios técnicos», afirma não possuir), mas a busca da respeitabilidade internacional pelo Governo lá vai levando à adopção de medidas básicas como auditorias, divulgação de pagamentos, e até um tribunal de contas que fun-

cione. A HRW sugere que as iniciativas que colocaram a questão da gestão idónea da riqueza angolana no centro das atenções constituem uma «oportunidade sem precedentes» para uma melhoria qualitativa da governação de Angola. No entanto, e apesar do empenho sério de alguns tecnocratas, as «reformas» são por ora uma flor no chapéu da continuidade do regime e dos métodos do costume.

O Governo português está alheio a tudo isto, refém das amizades dos nossos políticos e de uma definição míope e contraproducente do interesse nacional em Angola. Alheio ou cúmplice? A corrupção e o nepotismo são de tal modo inegáveis e descomuns, e de tal modo aceites pelo nosso mundo oficial, que a explicação mais credível é a de que a miséria da vasta maioria dos angolanos não conta, desde que se preste homenagem à lusofonia e se façam uns favores às nossas construtoras. Pior: Portugal é praticamente o único Estado a insurgir-se contra a renitência compreensível dos outros doadores ocidentais em contribuir para a «reconstrução» de Angola, quando é o próprio Governo angolano (rico devido aos actuais preços do petróleo) a desinvestir do sector social e a manter as despesas faraónicas num enorme exército cuja função, para além da repressão interna, já não é clara. Temo que um dia Portugal venha a pagar por esta associação demasiado estreita a uma classe de políticos cuja sobrevivência, mesmo no seio do próprio MPLA, não é um dado adquirido, e em detrimento do interesse de uma população a quem muito devemos.

**STEPHEN ELLIS E GERRIE TER HAAR,
WORLDS OF POWER:
RELIGIOUS THOUGHT AND
POLITICAL PRACTICE IN AFRICA**

Londres, Hurst & Company, 2004, 263 pp.

Há quase duas décadas que a importância da religião para a prática política não é contestada pelos analistas; longe vão os dias em que a «modernização» pressupunha o lento esvaír das crenças para uma esfera privada bem definida. Hoje conhece-se a seriedade que os actores políticos pelo mundo fora atribuem ao Islão integrista, ao hinduísmo nacionalista, ao catolicismo militante. África, porém, foi em larga medida excluída deste «revivalismo» académico em redor dos laços entre religião e política. *Worlds of Power* não só colmata esta ausência, como é também um dos livros imprescindíveis sobre o continente publicados nos últimos anos. Os autores, ambos distintos historiadores de África, têm um conhecimento enciclopédico do tema que partilham com elegância e facilidade, alinhavando os argumentos teóricos com histórias improváveis e fantásticas, num livro que se lê de modo compulsivo. Ellis e Ter Haar recusam a análise puramente materialista dos fenómenos religiosos, de acordo com a qual a linguagem religiosa é uma metáfora das questões verdadeiramente «importantes» (sociais, económicas), e tomam a sério a percepção de que, para os crentes, «o mundo invisível é real». Tal postura leva-os a estudar com grande cuidado o «conteúdo específico» do pensamento religioso. Isto não significa que os autores acreditem em bruxaria e possessão espiritual, ou que aceitem todas as referências a sacrifícios humanos e cani-

balismo comuns nos *media* e boatos de rua africanos, mas que tais ideias são credíveis no contexto em que se inserem e é como tal que devem ser compreendidas. Prescindindo do tipo de oposições binárias que estruturam a teologia no Ocidente, Ellis e Ter Haar demonstram que, em África, explicações seculares ou até científicas (por exemplo, sobre a origem e propagação da SIDA) podem ser assimiladas por uma visão do mundo escatológica e punitiva, e ser aceites pelo mesmo indivíduo. De facto, um dos aspectos mais notáveis deste livro é a demonstração do modo intensamente híbrido como a multifacetada religiosidade africana assume aspectos da modernidade ocidental. Num comentário à capacidade de adaptação dos políticos africanos aos diferentes meios em que têm de se mover, os autores referem que «um dia, um ministro pode ter de lidar com o FMI sobre a reforma do sistema financeiro, e consultar um adivinho, bispo ou imam no dia seguinte, alternando facilmente entre esferas de governação que os politólogos tendem a ver como incompatíveis». Por razões de espaço, é difícil fazer justiça à riqueza deste livro e ao número de instâncias pouco conhecidas, que importam para o processo político africano, e que são aqui reveladas. Estas incluem a indispensabilidade dos mágicos, gurus e conselheiros espirituais para as decisões presidenciais; as sociedades secretas tradicionais e importadas (como a Maçonaria e os Rosa-Cruz); e o papel crucial dos movimentos religiosos carismáticos nos processos de democratização dos anos 90. Desta obra, importa reter pelo menos três lições. A primeira é que a centralidade da religião para a política

africana não constitui negação da «modernidade» e da globalização, mas antes uma forma particular de inserção nelas. A segunda tem a ver com a rica vida espiritual e política de África, que a maioria dos observadores ignora porque esta toma lugar nos interstícios das instituições formais e de outros espaços que tendem a não ser estudados. A terceira lição, preocupante, diz respeito à natureza do poder e à sua origem no mundo do oculto: sucesso material e prestígio social em África estão, aos olhos da população, intrinsecamente associados ao domínio de forças malévolas. Pelo menos a este nível, parece existir uma sólida base factual, e não apenas imaginária, para a aceitação generalizada destas crenças.

«GLOBALISATION ET ILLICITE EN AFRIQUE»

número especial da revista *Politique Africaine*, Paris, Karthala, Março de 2004, 198 pp.

Desde o início dos anos 80 que a *Politique Africaine* é uma das duas ou três publicações indispensáveis para a compreensão das mutações profundas da política africana. Caracterizada por uma mistura heteróclita de influências disciplinares sob a alçada da «ciência política» *sui generis* de um dos seus criadores, Jean-François Bayart, a revista tem trilhado novos caminhos em áreas tão diferentes como a privatização das funções estatais, o papel do oculto na política e a criminalização progressiva de economias que já não têm muito para oferecer aos mercados mundiais fora das actividades ilegais. É no contexto desta última problemática que o recente *dossier* sobre a globalização e as práticas ilícitas se insere.

As contribuições são muitíssimo interessantes e úteis, mesmo se julgadas de uma perspectiva meramente informativa. Com efeito, se algumas se aproximam mais do jornalismo de investigação do que de trabalhos académicos, as realidades que revelam justificam-nas plenamente. Onde mais se poderiam encontrar explorações detalhadas do contrabando internacional na África Ocidental, do tráfico de droga no Magrebe, do comércio de *coltan* (o componente essencial para os telemóveis cuja extracção tem alimentado os senhores da guerra do Congo nos últimos sete anos) ou da pilhagem dos recursos minerais um pouco por todo o lado? As ideias para novos estudos de caso saltam aos olhos do leitor, particularmente no que diz respeito à África Lusófona, onde as agendas de investigação são ainda pouco audazes. O objectivo mais ambicioso do *dossier* é, porém, o de substanciar empiricamente alguns dos argumentos sugeridos em 1997 por Bayart, Béatrice Hibou e Stephen Ellis numa polémica obra sobre «a criminalização do Estado em África». Em particular, os três autores defendem que o processo de envolvimento do Estado e das elites africanas em actividades criminais não é uma questão de «actores circunscritos em circunstâncias particulares» mas antes «de ordem sistémica». Outro tema-chave dessa obra que também está presente no *dossier* é o da incongruência factual de muitas das dicotomias que utilizamos para interpretar a política contemporânea: legal e ilegal, Estado e não-Estado, privado e público. O artigo sobre a produção de droga no Norte de Marrocos, por exemplo, revela não apenas o seu estatuto de principal abastecedor de narcóticos da Europa, mas também a

dependência fiscal por parte do Estado marroquino deste sector crucial da economia, bastante mais importante do que o turismo ou a agricultura legal. Na contribuição que encerra o *dossier*, Bayart reafirma esta visão, colocando-a num contexto mais lato de globalização e fervor desregulador que favorece o dinheiro sujo e as transacções invisíveis, e refuta com violência talvez desnecessária algumas das acusações mais ferozes (incluindo a de motivações racistas) de alguns críticos da sua tese.

O *dossier* ilustra de forma credível que, longe de se ter desligado da economia mundial, África (assim como outras áreas periféricas do globo) está profundamente dependente da sua interacção com esta. Por uma questão de «vantagem comparativa», como diria David Ricardo, África está cada vez menos concentrada nas actividades de exportação que imperavam há trinta anos, que realmente declinaram em importância, mas, em contrapartida, as actividades informais têm-se multiplicado. A potencial fragilidade desta perspectiva é clara: porque se trata de uma problemática que não é quantificável, é apenas um passo até se ignorar qualquer tentativa séria de quantificação, esquecer que a maior parte dos recursos financeiros que entram no continente ainda o fazem por canais oficiais (receitas petrolíferas, ajuda pública ao desenvolvimento, etc.), mesmo que o seu uso subsequente seja «criminoso», e que muitos destes canais não estão de forma alguma em declínio. Mas estes são comentários de rodapé que não destroem o mérito desta estimulante agenda intelectual, que tem muito para nos elucidar.

Ricardo Soares de Oliveira

MALISE RUTHVEN, *FUNDAMENTALISM. THE SEARCH FOR MEANING*

Nova York, Oxford University Press, 2004, 246 pp.

O fundamentalismo passou a ser, na década do pós-Guerra Fria, a causa maior de conflitos na política internacional e, num número importante de países, incluindo a Índia ou a Rússia, o factor principal de insegurança interna. Malise Ruthven, depois dos seus ensaios sobre o integrismo islâmico – *Islam in the World* e *A Fury for God* – resolveu abrir o seu tópico ao conjunto dos fundamentalismos, nomeadamente as ideologias e os movimentos que se reclamam das três religiões monoteístas. Os fundamentalismos – islâmicos, cristãos, judaicos – têm um mesmo «ar de família». Resultam da crise da fé, dos malefícios da modernização e do declínio dos valores tradicionais e procuram nas ideologias religiosas mais radicais uma resposta, onde se combinam as interpretações literais dos textos canónicos, por vezes com efeitos letais, a reinvenção das mitologias e uma projecção universalista – a restauração do califado, a libertação democrática ou a revolução sionista. São, sobretudo, defensivos, como fica demonstrado pelo reaccionarismo dos movimentos fundamentalistas na sua relação com as mulheres ou com a homossexualidade: na resistência à invasão soviética, os guerrilheiros proibiam a participação das mulheres, que, por sua vez, comandavam uma parte das forças governamentais. Têm uma relação ambígua com o Estado e o nacionalismo: na Irlanda, no Sri Lanka, ou em Timor, a identidade nacional é inseparável dos movimentos religiosos,

mas o pan-islamismo tem de se opor aos nacionalismos indonésio, turco ou sírio, e as correntes integristas mobilizam-se, em geral, contra o Estado e crescem na oposição, como acontece, por exemplo, nas comunidades islâmicas radicais que se organizam nas democracias ocidentais.

O problema mais sério é a deriva totalitária dos fundamentalismos, nomeadamente no caso do movimento pan-islâmico, em que se misturam o ressentimento pela grandeza perdida, a luta contra as autocracias pretorianas e as cleptocracias petroleiras, o sectarismo utópico e o integrismo religioso, para criar movimentos revolucionários niilistas. O terrorismo, ou o «jihadismo», pode ser um sinal do declínio político dos islamitas, não deixa de ser uma ameaça incontornável, quando assume formas apocalípticas e deixa de reconhecer quaisquer fronteiras e quaisquer limites.

K.J. HOLSTI, *TAMING THE SOVEREIGNS. INSTITUTIONAL CHANGE IN INTERNATIONAL POLITICS*

Cambridge, Cambridge University Press, 2004, 356 pp.

O 11 de Setembro abriu um período em que o tema da mudança se tornou imperativo nos estudos internacionais. Contra a corrente, K.J. Holsti construiu uma teoria da mudança nas relações internacionais pertinente para analisar o médio prazo, os trezentos anos desde o fim da Guerra dos Trinta Anos, o que obriga a uma maior moderação na percepção dominante acerca das mudanças dos últimos anos.

K.J. Holsti formula a sua teoria na conjugação entre o rigor do realismo e a sua definição essencial dos Estados como os agentes

fundamentais do sistema internacional, e as teorias liberais e institucionalistas, que reconhecem a emergência adicional de uma sociedade de Estados. As mudanças são determinadas pelos Estados, os agentes que criam e moldam as instituições internacionais, quer as «instituições fundacionais» – a soberania, a territorialidade e o direito, no modelo vestefaliano – quer as «instituições processuais» – a diplomacia, o comércio e a guerra. Essas instituições, por sua vez, condicionam e regulam a evolução dos Estados, que podem aceitar ser «domesticados» pelos princípios, pelas normas e pelas regras que caracterizam as instituições. Nesse contexto, as mudanças são constantes, no sentido de uma maior complexidade das normas, das formas e dos actores, mas raramente são decisivas: trezentos anos depois, as instituições fundacionais transformaram-se sem terem sido substituídas por novas instituições. Essa permanência não impede a obsolescência do colonialismo ou da escravatura, nem a deslegitimação da guerra de conquista no espaço ocidental, nem a regressão das «guerras de debilitação nacional» para formas de barbárie, como as guerras civis ou o terrorismo. Porém, as mudanças radicais nas instituições processuais servem para confirmar a continuidade essencial das instituições fundacionais, não obstante o afã de mudança dos teóricos liberais e institucionalistas ou dos analistas da globalização.

O programa internacional dos revolucionários modernos foi resumido por Hitler, quando disse: «[...] o que precisamos de destruir não é o tratado de Versalhes, é o tratado da Vestefália.» A boa notícia é que ainda ninguém o conseguiu cumprir.

**BARRY BUZAN E OLE WAEVER,
REGIONS AND POWERS. THE STRUCTURE
OF INTERNATIONAL SOCIETY**

Cambridge, Cambridge University Press, 2003, 564 pp.

O último livro de Barry Buzan e Ole Waever completa o trabalho de produção de uma teoria dos complexos regionais de segurança, que foi iniciada, em 1991, por Barry Buzan, com *People, States and Fear*, e por Ole Waever, nos seus exercícios dispersos de classificação dos tipos de regiões, e depois continuada, por ambos, em 1998, com *Security: A New Framework for Analysis*. Em *Regions and Powers*, a teoria aparece revista e terminada, incluindo uma história regional das relações internacionais e a análise da evolução das principais regiões internacionais.

A teoria dos complexos regionais de segurança tem uma dupla origem, teórica e prática. Por um lado, trata-se de modificar a teoria neo-realista waltziana com a criação de um quarto nível de análise regional, entre o nível dos Estados e o nível do sistema internacional, sem pôr em causa o estatuto dos Estados modernos como a unidade fundamental de análise. Por outro, trata-se de reconhecer a emergência de uma dinâmica de regionalização, depois da Guerra Fria, tornada possível pelo fim da divisão bipolar, pela redução da competição entre as grandes potências e da sua penetração intrusiva nos espaços regionais e pela autonomia crescente dos ditos. Entre a teoria e a história, os complexos regionais de segurança são conjuntos de Estados vinculados por uma relação de interdependência securitária, cuja intensidade é ampliada pela proximidade geográfica e que formam um sistema internacional em miniatura, cuja estrutura é defi-

nida pelas mesmas variáveis da anarquia e da polaridade que são indispensáveis para analisar a natureza do sistema internacional. Com esse instrumento analítico, é possível reconstruir o mapa da política internacional como uma carta da divisão entre grandes regiões, como a Europa, o Médio Oriente e a Ásia Oriental, que representam, por sua vez, tipos distintos – kantianos, hobbesianos, lockeanos – de complexos regionais. Com uma qualidade adicional, na medida em que a fragmentação regional se pode aliar com a transição unipolar para resolver os dilemas da perda de equilíbrio que dura desde o fim da Guerra Fria e abrir caminho para uma unipolaridade multi-regional.

FRANCIS FUKUYAMA,
STATE BUILDING. GOVERNANCE AND WORLD ORDER IN THE TWENTIETH-FIRST CENTURY
Ithaca, Cornell University Press, 2004, 160 pp.

Francis Fukuyama marcou o fim da Guerra Fria com um texto fundamental – *The End of History and the Last Man* – onde regressava à tese sobre o fim da história de Hegel e Kojève para assinalar a vitória do liberalismo no fim da Guerra Fria. A versão original hegeliana presumia que esse resultado inexorável seria realizado pela reprodução universal do Estado moderno, um processo que se completou com a descolonização, na última parte do século XX. Por ironia, o tema do primeiro livro de Francis Fukuyama sobre o pós-11 de Setembro é, justamente, a multiplicação dos Estados falhados – ou «failing states» – que considera como o mais importante problema do ordenamento internacional depois da Guerra Fria.

O mote de Francis Fukuyama é um apelo à formação de Estados sólidos, para inverter a tendência de erosão dos Estados nacionais. Um número crescente de Estados pós-coloniais – e pós-imperiais, no caso da Rússia – revelam uma incapacidade previsível para constituir instituições sólidas e legítimas, sem as quais regressam aos modelos neopatrimonialistas clientelares e corruptos que os excluem da modernidade e os deixam entregues às epidemias, ao terrorismo ou à guerra civil. As principais crises do pós-Guerra Fria foram provocadas por Estados falhados: a Somália, o Haiti, a Bósnia, o Kosovo, o Ruanda ou Timor são apenas os casos mais salientes. Na transição, essas crises entraram no registo das intervenções humanitárias e levaram à expansão de um «imperium internacional» multilateral. O 11 de Setembro transferiu os Estados falhados para o registo da segurança estratégica, com a ocupação norte-americana do Afeganistão e do Iraque. O dilema para os Estados Unidos é: ou se encarregam de governar directamente os Estados falhados, ou entregam essa função às organizações internacionais, nomeadamente as Nações Unidas. A melhor resposta para o dilema pode exigir as duas alternativas, na condição de ambos se empenharem na reconstrução de Estados fortes, com instituições autónomas e legítimas que possam assegurar a sua própria sustentação ou, por outras palavras, na formação de regimes de democracia pluralista: nos nossos tempos, como na profecia de Hegel, não há nenhuma verdadeira alternativa à legitimidade democrática. O fim da história está cada vez mais perto.

Carlos Gaspar

HISTÓRIA INTERNACIONAL

PETER CATTERALL (ED.),
THE MACMILLAN DIARIES. THE CABINET
YEARS (1950-57)

Londres, Pan Books, 2003, 676 pp.

Harold MacMillan seguiu a máxima de Churchill: para que a história nos trate bem, não há nada como sermos nós mesmos a escrevê-la. Quando morreu, em 1986, tinha publicado seis volumes de memórias. Apelidado de «Supermac» pelos seus admiradores, e de «Mack the Knife» pelos seus detractores, MacMillan foi um dos mais bem sucedidos políticos conservadores britânicos do século XX. Oriundo de uma família ligada ao negócio dos livros (o seu pai fundou a casa editora homónima), tornou-se deputado aos 30, foi ministro-residente da Grã-Bretanha no Norte de África após o desembarque aliado de 1942, ocupou vários postos ministeriais nos governos conservadores do pós-guerra (Habitação, Defesa, Negócios Estrangeiros, Finanças), e sucedeu a Eden no 10 de Downing Street, após o fiasco do Suez. Em 1959, quando se bateu pela sua primeira eleição como primeiro-ministro, inventou um slogan que entrou para os anais da política britânica: «you've never had it so good».

Os seus governos coincidiram com uma importante reavaliação dos compromissos internacionais da Grã-Bretanha. Assim que tomou as rédeas do poder, MacMillan passou a dar prioridade máxima à «relação especial» com os EUA e tratou de acelerar o ritmo da descolonização britânica, sobretudo em África (foi ele quem cunhou a célebre expressão «ventos de mudança», num

discurso proferido no parlamento sul-africano, em 1960). Foi também o impulsor da primeira tentativa britânica de adesão às recém-formadas Comunidades Económicas Europeias, frustrada apenas pelo veto do general De Gaulle.

Depois de abandonar o governo em 1963, na sequência do «escândalo Profumo», retirou-se também da política activa. Entregou-se então à redacção das suas memórias, assessorado por uma equipa de historiadores profissionais. Os seus diários pessoais, o de guerra (1939-1945) e aquele que manteve entre 1950 e 1966, forneceram-lhe boa parte da matéria-prima. Assim sendo, e tendo em conta as várias biografias entretanto publicadas (a oficial, de Alistair Horne, e as não-autorizadas), que novidades nos trazem agora estes diários dos anos de 1950-1957?

Na realidade, poucas. Para frustração de muitos (até pelos paralelos que encerra com a recente crise do Iraque), o momento mais dramático destes anos, a famigerada crise do Suez (Outubro de 1956 a Janeiro de 1957), praticamente não consta do volume. MacMillan justificou-se ainda em vida dizendo que destruíra essas páginas a pedido de Anthony Eden – mas muitos suspeitam que terá sido ele próprio a tomar a iniciativa, por temer que a sua metamorfose de «falcão» em «pomba» pudesse ser interpretada como um golpe de puro oportunismo.

No entanto, o volume agora dado à estampa (editado com profissionalismo pelo historiador Peter Catterall) contém outros motivos de interesse. MacMillan é um excelente retratista de figuras e eventos e algumas das suas tiradas mais maquiavélicas con-

servam uma frescura surpreendente. Quer seja lido de uma ponta à outra, ou usado para consultas pontuais (o índice remissivo é excelente), este volume merece um lugar na estante de qualquer estudioso da «alta política» europeia do século XX.

**PAUL PRESTON,
JUAN CARLOS. O REI DE UM POVO**

Lihoa, Quetzal Editores, 2004, 502 pp.

Paul Preston é um dos mais eminentes «hispanistas» britânicos da actualidade (a par de nomes como Raymond Carr e J.H. Elliot), e o seu contributo para o conhecimento e divulgação da história de Espanha no século XX é hoje amplamente reconhecido. Professor na London School of Economics, é autor de um importante conjunto de livros que ajudaram os espanhóis a olhar de forma diferente para o seu passado violento: títulos como *The Politics of Revenge: Fascism and the Military in 20th Century Spain* (1990), *The Coming of the Spanish Civil War* (1994) ou *Comrades! Portraits from the Spanish Civil War* (1999), por exemplo, tornaram-se clássicos contemporâneos. Mas a sua reputação foi, em larga medida, construída com *Franco* (1994), uma biografia do Generalíssimo com mais de mil páginas. Apesar de não esconder a sua antipatia pessoal pelo «Caudilho», Preston conseguiu produzir um retrato equilibrado e judicioso do ditador espanhol e do seu regime, obtendo os mais rasgados elogios da crítica e um merecido êxito de vendas.

Neste seu regresso ao género biográfico, Preston dispôs-se a correr um risco ainda maior. Se Franco e o franquismo consti-

tuem um capítulo encerrado na história de Espanha, o rei Juan Carlos permanece como uma figura de primeiro plano na vida social e política do seu país. Os problemas que isto coloca ao historiador são inúmeros: os materiais de arquivo são escassos, o número de pessoas dispostas a testemunhar é limitado e, sobretudo, não existe ainda a distância necessária em relação a alguns acontecimentos para um balanço mais objectivo. Inevitavelmente, estas dificuldades reflectem-se no equilíbrio geral da obra. O período de 1981-2002, por exemplo, tem direito a pouco mais de 25 páginas num total de 481 de texto e a análise do papel de Juan Carlos no malogrado *putsh* de Fevereiro de 1981, um golpe palaciano urdido pelo seu antigo tutor militar, o general Alfonso Armada, em conluio com outros oficiais franquistas, deixa demasiadas questões em aberto. «Na casa dos Bourbons, ser rei é um ofício», confessou um dia Juan Carlos. E é aqui que, segundo Preston, reside a chave para explicar os dois enigmas centrais da sua vida: a serenidade com que aceitou submeter-se aos rigores de uma educação supervisionada por Franco a partir dos 11 anos de idade, e a sua participação empenhada na transição política iniciada após a morte do Caudilho, em 1975. O livro de Preston mostra como Juan Carlos teve a noção exacta dos compromissos que era necessário forjar para que a jovem democracia espanhola não sucumbisse aos ódios sectários de outras eras. Com isso não só salvou a instituição monárquica, como contrariou as previsões daqueles que lhe tinham já reservado o cognome de «Juan Carlos, o Breve» [este livro será

objecto de uma recensão mais desenvolvida num dos próximos números da R:J].

**DAVID FROMKIN,
EUROPE'S LAST SUMMER. WHY THE WORLD
WENT TO WAR IN 1914**

Londres, William Heineman, 2004, 349 pp.

Sob vários aspectos, a Grande Guerra inaugurou o século XX, o século da guerra total, das revoluções e das ideologias extremadas. O deslizar da civilização liberal para o Armagedão nunca mais deixou de atormentar a consciência do Ocidente. Durante a crise dos mísseis de Cuba (1962), por exemplo, o momento da Guerra Fria em que as duas superpotências estiveram mais próximas de uma confrontação nuclear, o Presidente Kennedy andava a ler *The Guns of August*, de Barbara Tuchman, e convenceu-se de que podia estar a viver uma situação perigosamente semelhante à do Verão de 1914. Ao longo de vários anos, os estudiosos concentraram a sua atenção no tipo de diplomacia que tornara possível a eclosão da guerra – a diplomacia de gabinete, sigilosa, conduzida por uma pequena elite; influenciados pelo marxismo, voltaram depois a atenção para o papel das «forças impessoais» (fenómenos económicos e sociais, mentalidades colectivas). Mais recentemente, a historiografia da Grande Guerra renovou-se sobretudo com o contributo dos estudos comparativos e da chamada «história virtual».

David Fromkin, um historiador norte-americano que se notabilizou com um estudo sobre a formação do moderno Médio Oriente (*A Peace to End All Peace*, 1992), lembra alguns factos que atestam a actuali-

dade da Grande Guerra. As primeiras declarações de Osama bin Laden após os ataques a Nova York e Washington, em Setembro de 2001, por exemplo, aludiam à «vingança» pelo que se passara há oitenta anos, ou seja, à intrusão dos «impérios cristãos europeus» no Médio Oriente muçulmano. Mais recentemente, a ocupação americana do Iraque veio levantar uma série de questões acerca da coesão do Estado-nação iraquiano, nascido após o desmembramento do Império Otomano em 1918.

Nesta incursão ao tema das origens da I Guerra Mundial, David Fromkin organiza a sua narrativa segundo as regras do romance policial. Aliás, o livro foi claramente pensado para agradar a um público não-erudito, familiarizado com esse tipo de literatura. Os trinta e sete dias que mediaram entre o assassinato de Franz-Ferdinand e o deflagrar da guerra são descritos quase à maneira de um *thriller* político e lêem-se numa penada. Mais do que trazer a lume factos novos, o livro de Fromkin tem o mérito de recapturar a atmosfera que se vivia na Europa de 1914. Ao contrário da versão popularizada por alguns historiadores, a Europa pré-Sarajevo estava longe de viver tempos idílicos: era um continente minado por tensões e rivalidades e empenhado numa corrida armamentista que hoje poderíamos considerar suicida. Igualmente errónea, segundo Fromkin, é a noção de que a eclosão da guerra foi um «acidente». Não, ela resultou da decisão consciente e premeditada de dois governos, o alemão e o austríaco, ambos determinados em travar as suas guerras preventivas: o primeiro contra a Rússia, o segundo contra a Sérvia.

WILLIAM I. HITCHCOCK,
THE STRUGGLE FOR EUROPE. A HISTORY
OF THE CONTINENT SINCE 1945

Londres, Profile Books, 2004, 2.^a ed., 525 pp.

Quase sessenta anos depois do discurso em que Winston Churchill alertava para a possibilidade de a Europa sucumbir a uma nova «idade das trevas», o continente reencontrou a sua unidade, vive em paz e democracia e o PIB dos 25 estados-membros da UE supera já o dos Estados Unidos da América.

William Hitchcock, historiador norte-americano, argumenta que esta história de sucesso se explica por quatro razões fundamentais. Em primeiro lugar, uma «boa Guerra Fria»: a ameaça soviética foi uma tragédia para a Europa de Leste, mas cimentou a coesão da Europa Ocidental. As instituições-chave da Guerra Fria, a NATO e a CEE, sobreviveram à queda do Muro e continuam a proporcionar segurança e prosperidade aos europeus. Em segundo lugar, a intensidade da II Guerra Mundial explica, paradoxalmente, o brilhante desempenho económico das décadas seguintes: a necessidade de reconstruírem a sua capacidade industrial a partir do zero tornou mais competitivos países como a Alemanha e a Itália. Uma terceira razão tem a ver com a determinação que muitos dissidentes da Europa de Leste revelaram na resistência ao comunismo: as suas vitórias podem ter sido modestas, mas foram eles que minaram a autoconfiança do sistema soviético, precipitando a sua implosão em 1989-1991. Por fim, a maturidade revelada pelos europeus nos períodos de transição política: salvo uma ou outra excepção (o caso dra-

mático da ex-Jugoslávia), o compromisso e a moderação levaram a melhor sobre a violência e a revolução.

Na primeira edição do livro (saída em 2003), Hitchcock, afirmava que os dois principais desafios que a Europa tinha pela frente eram a persistência das suas divisões económicas, sociais e étnicas e o futuro da democracia à escala transnacional. Na segunda edição, acrescentou mais um: a necessidade de renovar a parceria com os EUA, depois das desavenças motivadas pela crise do Iraque. Num capítulo sobre as relações transatlânticas após o 11 de Setembro (um bónus da edição *paperback*), conclui que a actual crise é, em larga medida, uma crise de percepções: os europeus não tomaram consciência do impacto verdadeiramente traumático que os atentados de 2001 tiveram na psique americana; a Administração Bush julgou que os europeus lhe dariam carta branca para perseguir e esmagar os inimigos da América onde quer que eles se encontrassem. Hitchcock reconhece que a ausência do cimento da Guerra Fria contribuiu para que as recriminações de parte a parte atingissem um patamar pouco usual, mas recusa-se a escrever o obituário da aliança ocidental. Afinal de contas, as últimas décadas foram sempre pontuadas por momentos de forte tensão entre europeus e norte-americanos e a cabeça fria acabou por prevalecer. De resto, argumenta o autor, é bom que assim seja: sem a renovação da parceria transatlântica é difícil ver como poderão ser resolvidos alguns dos problemas mais complexos que a humanidade enfrenta no início deste novo milénio.

Pedro Aires Oliveira